

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Foco Aluguel de Carros S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Foco Aluguel de Carros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Foco Aluguel de Carros S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, que descreve a projeção de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, reconhecidos até 31 de dezembro de 2025, com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e sobre as diferenças temporárias, no montante total de R\$ 50.102.807. A realização destes tributos diferidos ativos depende da geração futura de lucros tributáveis suficientes para que os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias possam ser utilizados. Há uma incerteza relacionada ao prazo de realização dos lucros tributáveis futuros e consequentemente ao prazo de realização deste ativo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Operações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, que divulga que a Companhia realiza transações com partes relacionadas. Essas operações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Consequentemente, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Desta forma, as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada ao assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Arrendamentos

Principal assunto de auditoria	Resposta da auditoria ao assunto
Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconhece contratos enquadrados no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o qual requer que o arrendatário registre um ativo de direito de uso pelos bens arrendados e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos futuros. A norma prevê isenções específicas para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, quando aplicáveis. A aplicação da norma impacta diretamente o desempenho do exercício, pois substitui a despesa linear anteriormente reconhecida em arrendamentos operacionais por despesa de depreciação do ativo de direito de uso e despesa (ou receita) de juros do passivo de arrendamento. Este tema foi determinado como um Principal Assunto de Auditoria devido à complexidade dos requisitos técnicos do CPC 06 (R2), volume relevante de contratos, necessidade de julgamento pela administração na avaliação das isenções aplicáveis, estimativas envolvidas, principalmente na definição da taxa incremental de financiamento utilizada para descontar os fluxos futuros; e impactos significativos sobre os saldos patrimoniais e de resultado.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, incluindo premissas utilizadas para determinação da taxa incremental de financiamento, classificação dos contratos e tratamento das isenções permitidas pelo IFRS 16.; (ii) Testes por amostragem sobre a base de dados dos contratos classificados como arrendamento, incluindo aqueles em que foram aplicadas as isenções, com o objetivo de avaliar se foram devidamente identificados pela Companhia; (iii) Testes substantivos por amostragem sobre os contratos selecionados, comparando os termos contratuais aos valores registrados, incluindo prazos, pagamentos, componentes arrendáveis, taxas de desconto, revisão de cálculos de mensuração inicial e subsequente, depreciação do ativo de direito de uso, apropriação de juros e eventuais modificações contratuais.; (iv) Revisão da divulgação das notas explicativas às demonstrações contábeis Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as divulgações relacionadas aos contratos de arrendamento são adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 26 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PE 001269/F-8

A handwritten signature in blue ink, reading 'Carlos Sebastião F.V. Dauer :.'.

Carlos Sebastião Fernandes Vieira Dauer
Contador CRC 1 PE 021962/O-9

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

CNPJ: 07.730.797/0001-21

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.504.482	1.075.388	Fornecedores	15	101.778.078	102.511.624
Aplicações financeiras	5	184.403	113.610	Empréstimos e financiamentos	16	36.016.483	20.110.788
Contas a receber	6	129.423.420	118.954.345	Passivo de arrendamento	13	4.802.010	4.075.756
Impostos a recuperar	7	16.037.644	911.310	Obrigações trabalhistas	17	7.440.344	6.149.049
Partes relacionadas	9	-	10.387.868	Obrigações tributárias		454.555	2.037.806
Veículos disponíveis para venda	11	44.063.724	6.065.661	Parcelamentos de tributos	18	4.412.996	3.966.236
Outros créditos	8	12.726.119	12.242.586	Outras contas a pagar	19	439.533	24.869.001
		220.939.792	149.750.768			155.343.999	163.720.260
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	5	257.715	246.154	Fornecedores	15	10.311.326	-
Contas a receber	6	151.676	682.574	Empréstimos e financiamentos	16	190.786.643	71.275.172
Outros créditos	8	2.556.953	2.776.974	Passivo de arrendamento	13	14.900.804	14.192.932
Tributos diferidos	10	50.102.807	44.721.122	Provisões para contingências	20	974.246	708.399
Direito de uso	13	18.404.811	17.433.699	Parcelamentos de tributos	18	5.765.056	7.485.679
Imobilizado	12	97.215.751	55.367.415			222.738.075	93.662.182
Intangível	14	2.796.441	2.339.938				
		171.486.154	123.567.876	Patrimônio líquido	21		
				Capital social		3.000.000	3.000.000
				Reservas de lucros		11.343.872	12.936.202
						14.343.872	15.936.202
Total do Ativo		392.425.946	273.318.644	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		392.425.946	273.318.644

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

CNPJ: 07.730.797/0001-21

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	490.493.112	431.934.126
Custo das mercadorias/serviços vendidos	23	(356.843.550)	(330.811.920)
Lucro bruto		133.649.562	101.122.206
Receitas e despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(23.284.396)	(22.978.256)
Despesas administrativas	23	(26.244.240)	(14.923.007)
Despesas com pessoal	23	(52.349.362)	(41.567.263)
Outras receitas e despesas	23	5.115.510	5.804.338
Lucro antes do resultado financeiro		36.887.074	27.458.018
Receitas financeiras		3.792.172	4.861.781
Despesas financeiras		(29.464.570)	(20.113.746)
Resultado financeiro líquido	24	(25.672.398)	(15.251.965)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		11.214.676	12.206.053
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	25	-	(620.279)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	25	5.381.685	231.660
		5.381.685	(388.619)
Lucro líquido do exercício		16.596.361	11.817.434

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.596.361	11.817.434
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	16.596.361	11.817.434
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

CNPJ: 07.730.797/0001-21

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro 2023	3.000.000	600.000	14.718.769	-	18.318.769
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.817.434	11.817.434
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.954.359)	(2.954.359)
Constituição de reserva de lucros	-	-	8.863.076	(8.863.076)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(11.245.642)	-	(11.245.642)
Saldos em 31 de dezembro 2024	3.000.000	600.000	12.336.202	-	15.936.202
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.596.361	16.596.361
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.149.090)	(4.149.090)
Constituição de reserva de lucros	-	-	12.447.271	- 12.447.271	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(14.039.601)	-	(14.039.601)
Saldos em 31 de dezembro 2025	3.000.000	600.000	10.743.872	-	14.343.872

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

CNPJ: 07.730.797/0001-21

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido exercício	16.596.361	11.817.434
Ajustes		
Depreciação e amortização	17.890.340	6.713.786
Juros incorridos	25.083.731	-
Tributo diferido	(5.381.685)	231.660
Perdas estimadas com multas de trânsito	169.592	37.846
Baixa ativo imobilizado	-	48.000
Perdas estimadas com contas a receber de clientes	171.692	1.557.600
Valor residual da baixa do intangível	-	3.012.121
Ajuste a valor presente - Clientes	(99.170)	-
Ajuste a valor presente - Fornecedores	(2.398.740)	-
Reversão de provisão de contingências	(265.847)	(138.949)
	<u>35.169.913</u>	<u>11.462.064</u>
 Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Contas a receber	(10.010.699)	(53.849.890)
Impostos a recuperar	(15.126.334)	7.254.587
Outros créditos	98.590	(4.557.349)
Veículos disponíveis para venda	706.532	-
Direito de uso	-	(3.558.751)
	<u>(24.331.911)</u>	<u>(54.711.403)</u>
 Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	11.206.155	59.308.939
Obrigações trabalhistas	1.291.295	1.348.681
Obrigações tributárias	(1.583.251)	(6.032.497)
Parcelamento de tributos	(2.904.207)	(3.651.789)
Outras contas a pagar	(24.429.468)	8.488.765
	<u>(16.419.476)</u>	<u>59.462.099</u>
 Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>11.014.887</u>	<u>28.030.194</u>
 Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(95.104.310)	(57.326.305)
Aquisição de ativo intangível	(1.235.099)	(1.971.480)
Aplicações financeiras	(82.354)	887.159
Transações com partes relacionadas	10.387.868	(10.387.868)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(86.033.895)</u>	<u>(68.798.494)</u>
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(18.188.692)	(18.072.335)
Captação de empréstimos e financiamentos	198.430.039	76.046.910
Pagamento de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(82.896.305)	(18.180.312)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(4.896.940)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>92.448.102</u>	<u>39.794.263</u>
 Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>17.429.094</u>	<u>(974.037)</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.075.388	2.049.425
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.504.482	1.075.388
 Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>17.429.094</u>	<u>(974.037)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Foco Aluguel de Carros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, constituída no ano de 2005, tendo por objeto social a locação de veículos automotores sem condutor e atividades correlatas.

A Companhia opera no segmento de mobilidade urbana, com foco na locação de curto e longo prazo para pessoas físicas e jurídicas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a continuidade operacional da Companhia.

A Foco Aluguel de Carros S.A. possui lojas em São Gonçalo do Amarante/RN, Lauro de Freitas/BA, Guarulhos/SP, Recife/PE, São Paulo/SP, Lagoa Santa/MG, São José dos Pinhais/PR, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ (2 lojas), Fortaleza/CE, Florianópolis/SC, Rio Largo/AL, Bayeux/PB, Goiânia/GO, Porto Seguro/BA, Campo Grande/MS, Vitória/ES, Aracaju/SE, Navegantes/SC, Campinas/SP, Canoas/RS e Caxias/RS.

A Companhia também presta serviços de reservas em outras plataformas, como televendas e online pelo site oficial da Companhia e de sites de reserva parceiros.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e resumo das políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como principal critério de mensuração, exceto para determinados ativos e passivos, quando aplicável, que são mensurados de acordo com critérios específicos previstos nas práticas contábeis descritas nas respectivas notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

- a) As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que constituem a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia, conforme definido no CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Os valores apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo quando indicado de outra forma.

- b) Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis.

Tais estimativas e premissas são baseadas na melhor avaliação da Administração, considerando a experiência histórica, informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações contábeis e outros fatores considerados razoáveis e relevantes nas circunstâncias. Contudo, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que a estimativa é revisada e nos períodos subsequentes eventualmente afetados, conforme aplicável.

3. Principais políticas contábeis materiais

Na preparação das presentes demonstrações contábeis, a Administração aplicou as seguintes principais práticas contábeis, as quais estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados, exceto quando divulgado de forma específica nas respectivas notas explicativas.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados e mensurados nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA” ou “FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR” ou “FVTPL”).

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base no modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando atende, simultaneamente, às seguintes condições: (i) é mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, conforme o teste conhecido como “SPPI” (Solely Payments of Principal and Interest).

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI) quando: (i) é mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais atendem ao critério de pagamentos exclusivamente de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os demais ativos financeiros que não atendam aos critérios para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (FVTPL).

No momento do reconhecimento inicial, a Companhia pode, de forma irrevogável, designar um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado, ainda que este atenda aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando tal designação eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento (descasamento contábil) que, de outra forma, poderiam surgir.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia assume o compromisso de comprar ou vender o ativo financeiro.

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, exceto para aqueles classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (FVTPL), cujos custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado do período em que incorridos.

Os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo as variações subsequentes também reconhecidas no resultado do exercício.

O valor justo de ativos financeiros com cotação em mercado ativo é determinado com base no preço de compra cotado na data-base das demonstrações contábeis. Um mercado é considerado ativo quando os preços cotados estão pronta e regularmente disponíveis por meio de bolsas de valores, entidades de mercado, corretores ou agências reguladoras, e representam transações efetivas e regulares entre partes independentes.

Quando não há mercado ativo para determinado ativo financeiro, a Companhia determina o valor justo por meio de técnicas de avaliação apropriadas, que incluem, quando aplicável, a utilização de transações recentes realizadas com terceiros independentes, referência a instrumentos financeiros substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação amplamente aceitos. Na aplicação dessas técnicas, a Companhia prioriza o uso de dados observáveis de mercado e minimiza a utilização de premissas internas não observáveis.

- c) Valor recuperável (impairment) de ativo financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

Ao final de cada período de relatório, a Companhia avalia se existe aumento significativo no risco de crédito de seus ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, bem como se há evidência objetiva de perda de crédito, conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A avaliação da deterioração do risco de crédito considera informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo, incluindo dados históricos, condições atuais e projeções de cenários econômicos futuros.

Entre os principais indicadores considerados pela Administração para identificar evidência objetiva de perda de crédito destacam-se: (i) dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor; (ii) descumprimento contratual, tais como inadimplência ou atraso relevante no pagamento de principal ou juros; (iii) probabilidade de o devedor entrar em processo de falência, recuperação judicial ou reorganização financeira; e (iv) desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro em decorrência de dificuldades financeiras.

Quando identificada deterioração relevante no risco de crédito, a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas, mensurada com base na melhor estimativa da Administração quanto às perdas incorridas ao longo da vida do instrumento financeiro ou nos próximos 12 meses, conforme aplicável.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte dele, é baixado quando, e somente quando: (i) expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro; ou (ii) a Companhia transfere os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo financeiro ou assume a obrigação contratual de repassar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, sem atraso significativo, por meio de um acordo de repasse (“*pass-through arrangement*”).

Nos casos de transferência de ativos financeiros, a Companhia avalia se foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo financeiro. Quando houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios, o ativo financeiro é baixado integralmente. Caso a Companhia retenha substancialmente todos os riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece reconhecido em sua totalidade.

Quando a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo financeiro, avalia-se se o controle do ativo foi transferido. Se o controle tiver sido transferido, o ativo financeiro é baixado; caso contrário, o ativo permanece reconhecido na medida do envolvimento contínuo da Companhia.

O envolvimento contínuo corresponde à extensão em que a Companhia permanece exposta às variações nos fluxos de caixa do ativo transferido, sendo reconhecido ativo ou passivo correspondente, conforme aplicável.

3.1.2. Passivo financeiro

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") quando for mantido para negociação ou quando for designado, de forma irrevogável, nessa categoria no momento do reconhecimento inicial, conforme permitido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os custos de transação reconhecidos diretamente no resultado do período em que incorridos. Subsequentemente, tais passivos são mensurados ao valor justo, e as variações decorrentes de sua mensuração, inclusive encargos financeiros, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os demais passivos financeiros da Companhia são classificados como mensurados ao custo amortizado. Esses passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua contratação, quando aplicável.

Subsequentemente, os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, que incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, são mensurados pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, sendo os encargos financeiros reconhecidos no resultado ao longo do prazo dos respectivos contratos.

b) Mensuração subsequente

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados ao custo amortizado — incluindo empréstimos e financiamentos, fornecedores e demais contas a pagar — são mensurados pelo custo amortizado, com base no método da taxa efetiva de juros. Esse método resulta na apropriação dos encargos financeiros ao resultado do exercício de forma sistemática, considerando o fluxo de caixa contratual e o prazo remanescente das obrigações.

c) Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis — assim entendidos como aqueles que demandam período substancial para ficarem prontos para o uso ou venda pretendidos — são capitalizados como parte integrante do custo desses ativos, conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Custos de empréstimos correspondem a juros e outros encargos incorridos pela Companhia em conexão com a captação de recursos, incluindo encargos financeiros calculados pelo método da taxa efetiva de juros, variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, quando aplicável, e demais custos diretamente relacionados à obtenção de financiamentos.

A capitalização dos custos de empréstimos tem início quando: (i) os gastos com o ativo estão sendo incorridos; (ii) os custos de empréstimos estão sendo incorridos; e (iii) as atividades necessárias para preparar o ativo para seu uso ou venda pretendidos estão em andamento. A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento do ativo é interrompido e cessada quando substancialmente todas as atividades necessárias à preparação do ativo estiverem concluídas.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação contratual for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro junto ao mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou quando os termos contratuais de um passivo existente são modificados de forma substancial, tal substituição ou modificação é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo financeiro.

A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro originalmente registrado e o valor justo do novo passivo assumido é reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como ganho ou perda na reestruturação da dívida.

Para fins de avaliação de modificação substancial, a Companhia considera, entre outros fatores, alterações relevantes na taxa de juros, no prazo, nas garantias, na moeda ou no fluxo de pagamentos contratual, aplicando o critério quantitativo e qualitativo previsto no CPC 48.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, saldos em contas bancárias de livre movimentação, recebíveis de cartões disponíveis para saque imediato e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas esperadas de crédito.

A provisão é constituída quando há evidência objetiva de que a Empresa não receberá integralmente os valores devidos, conforme as condições originais das vendas.

Considerando que as vendas são realizadas, substancialmente, por meio de boletos bancários, PIX ou transferências bancárias, invoice ou cambio, o risco de inadimplência é considerado reduzido.

3.4. Veículos disponíveis para venda

Os veículos destinados à venda são classificados como ativos não circulantes mantidos para venda e apresentados no ativo circulante quando seu valor contábil será recuperado principalmente por meio de transação de venda, em vez de uso continuado nas operações da Companhia.

Para que um ativo seja classificado como mantido para venda, ele deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas a termos usuais e habituais para esse tipo de transação, e sua venda deve ser considerada altamente provável. A Administração avalia a probabilidade de venda com base na existência de plano formal de alienação, na expectativa de conclusão da transação dentro de prazo compatível com o requerido pelo CPC 31 e na evidência de que o ativo está sendo ativamente comercializado por preço razoável em relação ao seu valor justo.

Os ativos classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Caso o valor justo líquido das despesas de venda seja inferior ao valor contábil, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

A partir da classificação como mantido para venda, os ativos não são mais depreciados ou amortizados.

3.5. Direitos de uso e passivos de arrendamentos

Na data de início do contrato de arrendamento, a Companhia reconhece no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, conforme requerido pelo CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo valor do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos efetuados antecipadamente, custos diretos iniciais incorridos e estimativas de custos de desmontagem ou restauração, quando aplicável. Subsequentemente, o ativo é depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento até o final da vida útil do ativo subjacente ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, quando essa for prontamente determinável. Caso contrário, a Companhia utiliza sua taxa incremental de financiamento na data de início do contrato.

A taxa incremental de financiamento corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar para obter recursos necessários à aquisição de ativo de valor semelhante, por prazo e com garantias similares.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, bem como outros pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa, quando aplicável.

Após o reconhecimento inicial, o passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado, com os encargos financeiros apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Para fins de aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a Companhia avalia, na data de início do contrato, se o acordo contém um arrendamento, considerando os seguintes critérios:

- (i) A existência de um ativo identificado, explicitamente especificado no contrato ou implicitamente identificado no momento em que é disponibilizado à Companhia;
- (ii) O direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos decorrentes do uso do ativo identificado durante o período de uso; e

- (iii) O direito de direcionar o uso do ativo identificado ao longo do prazo contratual, inclusive quanto à forma e à finalidade de sua utilização.

A Companhia optou por aplicar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (prazo contratual igual ou inferior a 12 meses e sem opção de compra) e, quando aplicável, para arrendamentos de ativos de baixo valor. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos como despesa operacional no resultado do exercício, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento, em conformidade com o regime de competência.

Para fins de adequada apresentação e transparência das informações, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os respectivos passivos de arrendamento em contas patrimoniais específicas e segregadas, permitindo a clara distinção em relação aos demais ativos e passivos. Os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2), incluindo depreciação do direito de uso e encargos financeiros sobre o passivo, são evidenciados separadamente nas rubricas da demonstração do resultado.

3.6. Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

O imobilizado é demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Os veículos em operação, estão classificados no ativo imobilizado, enquanto os veículos em desativação, após o uso nessas atividades, são apresentados como “veículo disponível para venda”, no ativo circulante (nota 11).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou roubo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil líquido do ativo e são reconhecidos no resultado.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Administração realiza revisões do prazo de vida útil estimada e do valor residual da frota e demais itens do imobilizado, anualmente. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

ii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear ao longo da vida útil estimada de cada ativo ou de seus componentes significativos, quando aplicável, iniciando-se quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra no local e nas condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

As vidas úteis, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, quando necessário.

Frota de veículos

A frota de veículos destinada à locação é depreciada com base na melhor estimativa de vida útil econômica e valor residual, considerando:

- Histórico de utilização e quilometragem;
- Política de renovação de frota;
- Condições de mercado para veículos seminovos;
- Expectativa de realização com base em referências de mercado, incluindo a Tabela FIPE, como indicador auxiliar.

O valor depreciável corresponde ao custo de aquisição deduzido do valor residual estimado.

Para fins fiscais, a Companhia adota depreciação acelerada à taxa de 50% ao ano, conforme laudo técnico emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT), nos termos da legislação tributária aplicável. Ressalta-se que a depreciação fiscal não altera a mensuração contábil, sendo eventuais diferenças tratadas como diferenças temporárias para fins de tributos diferidos, quando aplicável.

3.7. Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos quando: (i) for provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo fluirão para a Companhia; e (ii) o custo do ativo puder ser mensurado com confiabilidade, conforme estabelecido no CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição, o qual compreende o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para a finalidade pretendida pela Administração.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo método do custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo da vida útil econômica estimada do ativo, a partir do momento em que este estiver disponível para uso. As vidas úteis e os métodos de amortização são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social e ajustados prospectivamente, quando necessário.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados, enquanto aqueles com vida útil indefinida, quando aplicável, não são amortizados, estando sujeitos a teste anual de recuperabilidade, conforme CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.8. Partes relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com partes relacionadas no curso normal de suas operações, incluindo contratação de serviços e outras operações usuais do negócio. Tais transações são efetuadas em condições compatíveis com as de mercado, considerando preços, prazos e demais termos praticados com terceiros independentes, quando aplicável. Os saldos decorrentes dessas operações são registrados nas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são liquidados nos prazos estabelecidos contratualmente.

3.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo os encargos financeiros reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, ao longo da vigência contratual.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos pelos valores conhecidos ou estimáveis com razoável grau de confiabilidade, acrescidos dos encargos financeiros, atualizações monetárias e variações cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, quando aplicável, observando-se o regime de competência e os critérios de mensuração previstos nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

Tributos sobre o lucro

A Companhia é tributada pelo regime do lucro real no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") compreendem os tributos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o efeito tributário é reconhecido na mesma rubrica.

Tributos correntes

Os tributos correntes são calculados com base no lucro tributável do período, de acordo com a legislação fiscal vigente ou substancialmente promulgada na data do balanço. O lucro tributável pode diferir do resultado contábil em razão de ajustes determinados pela legislação tributária.

Os valores de IRPJ e CSLL correntes são reconhecidos como passivo na medida em que não tenham sido pagos, ou como ativo quando houver valores pagos a maior ou antecipações passíveis de compensação.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e suas respectivas bases fiscais.

Os tributos diferidos ativos também são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser utilizados.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e na legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado ao final de cada exercício social e reduzido na medida em que deixe de ser provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir sua realização total ou parcial.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada (obrigação construtiva), resultante de evento passado, e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, podendo o valor ser estimado com confiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo valor presente da melhor estimativa do desembolso requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando os riscos e incertezas associados. Quando aplicável, o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido por meio do desconto a valor presente, sendo os encargos financeiros apropriados ao resultado ao longo do tempo.

As provisões são revisadas a cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Quando não for mais provável que uma saída de recursos seja requerida, a provisão é revertida no resultado do exercício.

3.13. Contingências

Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Contingências ativas

As contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, situação em que deixam de ser caracterizadas como contingências e passam a ser reconhecidas como ativo.

Quando a entrada de benefícios econômicos for considerada provável, mas não praticamente certa, a contingência ativa é divulgada em nota explicativa, quando relevante.

Contingências passivas

As contingências passivas são reconhecidas como provisão quando:

- A Companhia possui obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de evento passado;

- É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- O valor possa ser estimado com confiabilidade.

Os passivos contingentes classificados como de perda possível, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em nota explicativa quando relevantes.

As contingências classificadas como de perda remota não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando exigido por norma específica ou quando a Administração julgar necessário para adequada transparência.

3.14. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência, sendo as receitas e despesas reconhecidas no período em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

A receita é reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia satisfaz obrigação de desempenho ao transferir ao cliente o controle do bem ou serviço prometido, conforme estabelecido no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços ao cliente, líquida de descontos comerciais, abatimentos, impostos incidentes sobre vendas e quaisquer valores cobrados em nome de terceiros.

A Companhia avalia seus contratos com clientes com base no modelo de cinco etapas previsto no CPC 47:

1. Identificação do contrato com o cliente;
2. Identificação das obrigações de desempenho;
3. Determinação do preço da transação;
4. Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e
5. Reconhecimento da receita quando (ou à medida que) cada obrigação de desempenho é satisfeita.

Adicionalmente, a Companhia avalia, para cada contrato, se atua como principal ou como agente. Quando atua como principal — isto é, quando controla o bem ou serviço antes da transferência ao cliente — a receita é reconhecida pelo valor bruto da contraprestação. Com base na avaliação realizada pela Administração, a Companhia concluiu que atua como principal em seus contratos de receita.

O reconhecimento da receita ocorre somente quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e quando a contraprestação puder ser mensurada com confiabilidade.

Venda de serviço prestado

As receitas provenientes da locação de veículos são reconhecidas pelo valor inicial do contrato, conforme os termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de locação, uma vez que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios do serviço.

As receitas decorrentes da contratação de proteção veicular, facultativamente aderida pelo cliente no momento da formalização do contrato de locação, são reconhecidas de acordo com a transferência do benefício correspondente ao período de cobertura contratado. Tais receitas são apresentadas na rubrica “Receitas com locação de veículos”, por possuírem natureza acessória e estarem diretamente relacionadas ao contrato principal de locação.

3.15. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes.

As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica da Companhia e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. Contudo, por sua própria natureza, as estimativas contábeis envolvem incertezas inerentes, e os resultados reais podem diferir daqueles estimados.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e os efeitos decorrentes de suas revisões são reconhecidos prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e em períodos futuros eventualmente afetados.

3.16. Ajuste a Valor Presente (AVP)

A companhia aplica o Ajuste a Valor Presente (AVP) conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 12, reconhecendo o efeito financeiro decorrente da diferença temporal entre a data das transações e seus respectivos recebimentos ou pagamentos. O AVP é calculado quando os impactos são considerados relevantes e utiliza taxas de desconto que refletem o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos das operações. O ajuste é apropriado ao resultado ao longo do período, por meio da competência financeira.

3.17. Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios a serem iniciados após 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis, e ainda não determinou se haverá impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

(a) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

-

(c) Impactos da reforma tributária

-

- A Reforma Tributária (EC 132/2023), regulamentada pela LC 214/2025, institui IBS, CBS e IS, com testes em 2026 e implementação gradual a partir de 2027 até 2033. A Administração está avaliando os potenciais impactos sobre as operações, processos e sistemas da Companhia, as avaliações tiveram início no exercício de 2025 e deve perdurar até o segundo semestre de 2026. A Companhia está preparada para os impactos operacionais que ocorrem no exercício de 2026 e permanece monitorando e avaliando impactos, tais como: efeitos da tributação no destino, composição da base de cálculo, revisão da base de fornecedores, identificação de oportunidades em regimes específicos e benefícios fiscais, comparativos entre cargas tributária em cada fase da reforma tributária e mapeamento de riscos e oportunidades fiscais. A LC 224/2025 trata de redução/revisão de incentivos federais; como a Companhia não possui benefícios fiscais, não são esperados impactos relevantes, mantendo-se o monitoramento.

-

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Fundo Fixo	110.192	141.802
Bancos	8.578.598	931.384
Aplicações Financeiras	9.815.692	2.202
Total	<u>18.504.482</u>	<u>1.075.388</u>

As aplicações financeiras da Companhia estão substancialmente concentradas em aplicações automática, indexadas à variação do CDI com rendimentos mensais em torno de 1,16% a.m.. As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. O valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

5. Aplicações financeiras

Segue composição das aplicações financeiras:

	Remuneração	2025	2024
BNB	99% a 100% DI	442.118	359.764
Total		442.118	359.764
Circulante		184.403	113.610
Não circulante		257.715	246.154

Algumas aplicações financeiras da Companhia estão atreladas a empréstimos e financiamentos e estão segregados entre circulante e não circulante, conforme exigibilidade contratual junto a respectiva instituição financeira.

6. Contas a receber

	2025	2024
Clientes - Operadoras de Cartão de Crédito (a)	62.205.069	54.534.214
Clientes Diversos - Pessoa jurídica (b)	70.475.242	69.266.993
(-) PECLD	(3.723.140)	(3.551.448)
Venda Veículos a Receber - Partes relacionadas	1.131.595	-
(-) AVP Clientes	(513.670)	(612.840)
Total	129.575.096	119.636.919
Ativo Circulante	129.423.420	118.954.345
Ativo Não Circulante	151.676	682.574

- (a) A operadora de cartão de crédito que a Companhia trabalha é a Adyen, com prazo máximo a receber de seis meses;
- (b) Refere-se a clientes diversos. São reservas feitas via parceiros, em sites de reservas online e operadoras de turismo. Abaixo, apresentamos o aging list para clientes diversos:

	2025	2024
A vencer	58.105.498	59.485.075
Vencidos até 30 dias	781.349	879.477
Vencidos até 120 dias	1.751.817	1.622.284
Vencidos até 180 dias	989.399	1.342.829
Vencidos até 365 dias	5.124.039	2.518.933
Vencidos há mais de 365 dias	3.723.140	3.418.395
Total	70.475.242	69.266.993

A Companhia define que a provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa é efetuada para títulos vencidos há mais de 365 dias.

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

A movimentação dos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente, está assim apresentada:

	PECLD	AVP
Saldos em 01 de janeiro de 2025	(3.551.448)	(612.840)
Provisão	(4.112.758)	-
Reversão	3.941.066	99.170
Total	<u>(3.723.140)</u>	<u>(652.192)</u>

7. Impostos a recuperar

	2025	2024
Pis a recuperar (a)	2.759.510	14.116
COFINS a recuperar (a)	12.697.912	65.021
Outros	580.222	832.173
	<u>16.037.644</u>	<u>911.310</u>

- (a) O saldo apresentado refere-se ao reconhecimento da isenção de PIS e COFINS aplicada de forma retroativa sobre as receitas decorrentes de operações internacionais, em conformidade com a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. A administração estima que a compensação desses tributos ocorrerá ao longo dos próximos 12 meses, considerando o andamento dos processos e a expectativa de realização dos créditos tributários reconhecidos.

8. Outros créditos

Os outros créditos, na data de 31 de dezembro de 2025, estão assim demonstrados:

	2025	2024
Multas de Trânsito a Recuperar (a)	5.577.262	6.096.268
Taxas Adm. Cadastradas a receber	1.808.453	2.510.346
(-) Perdas estimadas com Multas/Taxas de trânsito a recuperar	-2.270.149	-2.100.557
Caução/Adiantamentos pagos a Fornecedores - Garantia	919.605	2.557.493
Despesas Antecipadas	6.651.806	3.066.410
Consórcios CEF	2.079.999	1.765.191
Depósitos Judiciais	476.954	744.486
Outros	39.142	379.923
Total	<u>15.283.072</u>	<u>15.019.560</u>
Ativo Circulante	12.726.119	12.242.586
Ativo Não Circulante	2.556.953	2.776.974

- (a) Saldos a receber referem-se as multas de trânsito pagas pela Foco Aluguel aos fornecedores dos carros por infrações de trânsito cometidas pelos respectivos condutores (os clientes da Foco Aluguel) e, posteriormente, a cobrança é repassada para o infrator.

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Segue cronograma de vencimento do saldo de multas de trânsito a recuperar:

Vencimento	2025	2024
A vencer	1.244.496	1.251.676
Vencidos até 30 dias	41.307	141.863
Vencidos há mais de 30 dias	4.291.459	4.702.730
Total	<u>5.577.262</u>	<u>6.096.268</u>

A movimentação dos saldos da provisão para créditos de liquidação, está assim apresentada:

	PECLD
Saldos em 01 de janeiro de 2025	-2.100.557
Provisão	-1.522.390
Reversão	1.352.797
Total	<u>-2.270.149</u>

9. Partes relacionadas

Os saldos juntos a partes relacionados referem-se a mútuo.

	2025	2024
Hugo Xavier Silva Costa	-	8.389.966
Antônio Paulo Aires de Souza	-	1.997.902
Total	<u>-</u>	<u>10.387.868</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação dos mútuos com partes relacionadas está assim demonstrada:

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo
Hugo Xavier Silva Costa	-	16.261.336	(7.871.370)	8.389.966
Antônio Paulo Aires de Souza	-	11.319.069	(9.321.167)	1.997.902
Total	<u>-</u>	<u>27.580.405</u>	<u>(17.192.537)</u>	<u>10.387.868</u>

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo
Hugo Xavier Silva Costa	8.389.966	-	(8.389.966)	-
Antônio Paulo Aires de Souza	1.997.902	-	(1.997.902)	-
Total	<u>10.387.868</u>	<u>-</u>	<u>(10.387.868)</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

10. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, incluindo prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sem prazo de prescrição. Normalmente, reconhecem-se passivos fiscais diferidos para diferenças temporárias tributáveis e ativos fiscais diferidos para diferenças temporárias dedutíveis, desde que haja expectativa de lucro tributável futuro suficiente para permitir sua utilização.

A Administração revisa anualmente a possibilidade de recuperação desses ativos, considerando projeções atualizadas de resultados e premissas adequadas. Caso deixe de ser provável que haverá base tributável futura para aproveitá-los, o valor registrado é ajustado ao montante estimado como realizável. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe direito legal para compensação dos tributos e quando se referem à mesma autoridade fiscal, sendo a intenção da Companhia liquidar os valores de forma líquida.

	2025	2024
IRPJ Diferido	38.411.805	34.454.684
CSLL Diferido	11.691.002	10.266.438
Total	50.102.807	44.721.122

Segue movimentação do saldo ao longo do exercício de 2025:

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
IRPJ diferido	34.454.684	3.957.121	-	38.411.805
CSLL diferido	10.266.438	1.424.564	-	11.691.002
Total	44.721.122	5.381.685	-	50.102.807

As projeções indicam que, com base nas premissas atualmente consideradas razoáveis, é provável a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente para permitir a realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos. Tais projeções estão alinhadas ao planejamento estratégico e orçamentário aprovado pela Administração.

11. Veículos disponíveis para venda

São classificados como “veículos disponíveis para venda”, no ativo circulante, os veículos cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando:

- (i) Os veículos estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

- (ii) A Administração está comprometida com a venda dos veículos desativados do imobilizado;
- (iii) Os veículos são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente;
- (iv) Espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

Os veículos em desativação para renovação da frota são apresentados pelo seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como “veículos disponíveis para venda”.

Em 2024 foi o primeiro ano desta operação.

	2025	2024
Veículos destinados à venda	44.063.724	6.065.661
	44.063.724	6.065.661

12. Imobilizado

	% Taxa de depreciação	2025	2024
Veículos	8	84.225.015	46.960.369
Móveis e utensílios	10	2.677.248	1.571.465
Benfeitoria em propriedade de terceiros	4	7.818.809	5.094.247
Obras em andamento	0	8.386.380	280.776
Computadores e periféricos	20	4.448.466	3.285.014
Máquinas e equipamentos	10	1.697.070	1.097.781
Instalações	10	2.007.792	1.121.104
(-) Depreciações acumuladas		(14.045.029)	(4.043.341)
Total		97.215.751	55.367.415

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação dos bens do imobilizado está assim demonstrado:

	Saldo em 2024	Adições	Reclassificação	Baixas	Saldo em 2025
Custo					
Móveis e Utensílios	1.571.465	1.105.783	-	-	2.677.248
Instalações	1.121.104	886.688	-	-	2.007.792
Veículos (a)	46.960.369	80.518.932	(43.254.286)	-	84.225.015
Computadores e Periféricos	3.285.014	1.163.452	-	-	4.448.466
Benfeitorias	5.094.247	2.724.562	-	-	7.818.809
Obras em andamento	280.776	8.105.604	-	-	8.386.380
Máquinas e Equipamentos	1.097.781	599.289	-	-	1.697.070
	59.410.756	95.104.310	(43.254.286)	-	111.260.780
Depreciação acumulada					
Móveis e Utensílios	(467.947)	(199.296)	-	-	(667.243)
Instalações	(368.586)	(139.970)	-	-	(508.556)
Veículos (a)	(528.104)	(12.790.402)	4.549.691	-	(8.768.815)
Computadores e Periféricos	(1.671.117)	(695.468)	-	-	(2.366.585)
Benfeitorias de Bens de Terceiros	(823.672)	(593.325)	-	-	(1.416.997)
Máquinas e Equipamentos	(183.915)	(132.918)	-	-	(316.833)
	(4.043.341)	(14.551.379)	4.549.691	-	(14.045.029)
	55.367.415	80.552.931	(38.704.595)	-	97.215.751

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

a) Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Destinado à Venda pelo seu valor residual.

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Custo				
Móveis e Utensílios	1.116.105	455.360	-	1.571.465
Instalações	986.004	135.100	-	1.121.104
Veículos	397.601	52.836.623	(6.273.854)	46.960.370
Computadores e Periféricos	2.372.064	912.950	-	3.285.014
Benfeitoria em propriedade de terceiros	3.077.133	2.017.114	-	5.094.247
Obras em andamento	-	328.776	(48.000)	280.776
Máquinas e Equipamentos	457.399	640.382	-	1.097.781
	<u>8.406.306</u>	<u>57.326.305</u>	<u>(6.321.854)</u>	<u>59.410.757</u>
Depreciação acumulada				
Móveis e Utensílios	(339.110)	(128.837)	-	(467.947)
Instalações	(265.442)	(103.144)	-	(368.586)
Veículos	(224.175)	(512.122)	208.193	(528.104)
Computadores e Periféricos	(1.181.039)	(490.078)	-	(1.671.117)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(339.235)	(484.437)	-	(823.672)
Máquinas e Equipamentos	(115.440)	(68.476)	-	(183.916)
	<u>(2.464.441)</u>	<u>(1.787.094)</u>	<u>208.193</u>	<u>(4.043.342)</u>
	<u>5.941.865</u>	<u>55.539.211</u>	<u>(6.113.661)</u>	<u>55.367.415</u>

13. Direito de Uso e passivo de arrendamento

Descrição	2025	2024
Imobilizações por Arrendamento	24.711.678	21.851.985
(-) Amortização acumulada	(6.306.867)	(4.418.286)
Total	<u>18.404.811</u>	<u>17.433.699</u>

Descrição	2025	2024
Arrendamento a pagar	25.789.151	24.911.913
(-) Ajuste a valor presente AVP Arrendamentos	(6.086.337)	(6.643.224)
Total	<u>19.702.814</u>	<u>18.268.688</u>

Passivo circulante	4.802.010	4.075.756
Passivo não circulante	14.900.804	14.192.932

	2025	2024
Direito de Uso		
Saldo em 1º de janeiro	17.433.699	8.887.268
Novos Contratos	3.531.477	13.140.954
Amortização	(2.560.365)	(4.594.522)
Saldo em 31 de dezembro	<u>18.404.811</u>	<u>17.433.699</u>
Passivo de arrendamento		
Saldo em 1º de janeiro	18.268.688	8.887.268
Adições por novos contratos	3.531.477	13.140.954
Pagamentos efetuados (principal e juros)	(4.896.940)	(5.942.143)
Juros Incorridos	2.799.589	2.182.609
Saldo em 31 de dezembro	<u>19.702.814</u>	<u>18.268.688</u>
Circulante	4.802.010	4.075.756
Não circulante	14.900.804	14.192.932

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

14. Intangível

Descrição	% Taxa de amortização	2025	2024
Software/Sistema	20	2.603.406	1.368.307
Fundo de Comércio	30	1.512.467	1.512.467
(-) Amortização acumulada		(1.319.432)	(540.836)
Total		2.796.441	2.339.938

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação dos bens do intangível está assim demonstrado:

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
Custo				
Software/Sistema	1.368.307	1.235.099	-	2.603.406
Fundo de Comércio	1.512.467	-	-	1.512.467
	2.880.774	1.235.099	-	4.115.873
Amortização acumulada				
Software	(465.005)	(324.856)	-	(789.861)
Fundo de Comércio	(75.831)	(453.740)	-	(529.571)
	(540.836)	(778.596)	-	(1.319.432)
Total	2.339.938	456.503	-	2.796.441

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Custo				
Software/Sistema	6.605.612	459.013	(5.696.317)	1.368.307
Fundo de Comércio	-	1.512.467	-	1.512.467
	6.605.612	1.971.480	(5.696.317)	2.880.774

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Amortização acumulada				
Software	(2.692.081)	(457.121)	2.684.197	(465.005)
Fundo de Comércio	-	(75.831)	-	(75.831)
	(2.692.081)	(532.952)	2.684.197	(540.836)
Total	3.913.531	1.438.528	(3.012.121)	2.339.938

15. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	80.711.473	87.579.478
Fornecedores partes relacionadas	35.817.181	16.972.656
(-) AVP Fornecedores	(4.439.250)	(2.040.510)
Total	112.089.404	102.511.624
Passivo circulante	101.778.078	102.511.624
Passivo não circulante	10.311.326	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Juros Total	2025	2024
Capital de Giro	CDI e Fixo	19,08% a.a.	45.129.471	72.640.826
Notas Comerciais (a)	CDI e Fixo	18,42% a.a.	64.658.334	20.000.000
1ª e 2ª Emissão (b)	CDI	19,61% a.a.	4.731.785	-
3ª Emissão (c)	CDI	17,90% a.a.	120.000.000	-
Custos de Captação			(7.716.463)	(1.254.866)
			<u>226.803.127</u>	<u>91.385.960</u>
Passivo circulante			36.016.484	20.110.788
Passivo não circulante			190.786.643	71.275.172

Os empréstimos mantidos pela Companhia com custo médio de 18,30% a.a (equivalente à CDI+3,36% a.a.), têm o objetivo de aquisição e manutenção de frota própria de veículos, bem como capex de expansão e o suporte no fluxo de caixa das operações. As principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 são: BTG, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Safra, C6, Sicredi, BNB, Itaú, Santander e Sofisa.

- (a) Em julho, agosto e setembro de 2025, a Companhia realizou a emissão de notas comerciais no montante total de R\$ 47.200.000, com garantia de até 50% de cartão de crédito e veículos. As notas comerciais possuem amortização mensal com vencimento final em julho de 2027, agosto de 2028 e setembro de 2029.
- (b) A Companhia realizou a 1ª e 2ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, emitidas em junho de 2025, no montante total de R\$ 9.146.074. As debêntures possuem vencimento em junho de 2030, conforme condições estabelecidas nos respectivos instrumentos de emissão.
- (c) Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a captação da 3ª Emissão de Debêntures Simples, em série única, em distribuição pública voltada para investidores profissionais (artigo 86, inciso V, da Resolução CVM 160), no montante de R\$120.000.000, com remuneração anual equivalente a CDI+3%. A emissão possui prazo de 5 anos com carência de 12 meses e amortizações mensais com vencimento final em novembro de 2030.

O fluxo do saldo a pagar pelos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Ano	2025	2024
2025	-	20.110.787
2026	35.845.677	28.242.424
2027	70.096.220	21.699.397
2028 em diante	120.861.230	21.333.352
Total	<u>226.803.127</u>	<u>91.385.960</u>
Passivo circulante	36.016.484	20.110.788
Passivo não circulante	190.786.643	71.275.172

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

A movimentação do saldo a pagar pelos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Movimentação	2025	2024
Saldos anteriores	91.385.960	33.519.362
Captação	198.430.039	76.046.910
Amortizações – Principal e juros	(82.896.305)	(28.437.818)
Juros provisionados	19.883.433	10.257.506
Total	226.803.127	91.385.960

16.1. Covenants

A Companhia acompanha periodicamente o cumprimento das cláusulas de covenants financeiros e não financeiros de acordo com as regras contratuais.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, não foram observadas evidências de descumprimentos destas cláusulas. A seguir demonstramos os índices financeiros estabelecidos em contrato:

Índice	Limite	2025
EBITDA/Despesa Financeiras	>1,3	3,94
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	≤3,0	2,24
Índice de Liquidez Corrente	>1	1,63

17. Obrigações trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	2.254.891	1.985.075
Provisão sobre férias	2.749.411	2.205.558
Provisão encargos s/ férias	956.795	767.534
INSS a recolher	850.255	777.350
FGTS a recolher	272.430	239.154
IRRF folha a recolher	209.014	149.819
Outros encargos	147.548	24.559
Total	7.440.344	6.149.049

18. Parcelamentos de tributos

Descrição	2025	2024
Parcelamento – Previdenciário	790.556	1.733.875
Parcelamento – PIS e COFINS	1.940.026	3.283.047
Parcelamento – IRPJ e CSLL	1.494.852	2.616.990
PERSE / PERT / DCTFWEB	5.952.618	3.818.003
Total	10.178.052	11.451.915
Passivo circulante	4.412.996	3.966.236
Passivo não circulante	5.765.056	7.485.679

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Durante o exercício 2025, a Companhia aderiu a 2 parcelamentos de DCTFWEB (INSS, IRRF 0561, IRRF 1708, PCC 5952 e INSS 1162) mantendo sua conformidade:

O fluxo do saldo a pagar, pelos parcelamentos de tributos, está apresentado a seguir:

Ano	2025	2024
2025	-	3.984.422
2026	4.395.522	3.579.806
2027	1.672.353	1.112.691
2028 em diante	4.110.177	2.774.997
Total	<u>10.178.052</u>	<u>11.451.915</u>

19. Outras contas a pagar

Descrição	2025	2024
Multas cadastradas a realizar	371.533	-
Adiantamento de Clientes (a)	68.000	24.869.001
Total	<u>439.533</u>	<u>24.869.001</u>

- a) Os valores recebidos antecipadamente de clientes passaram a ser compensados diretamente na conta de clientes a receber, refletindo uma alteração de critério em relação ao ano anterior

20. Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas trabalhista e previdenciário, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por esses especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía processos com probabilidades de perdas prováveis e possíveis, conforme quadro a seguir:

2025 Natureza da causa	Probabilidade de perda	
	Possível	Provável
Cível	4.837.940	369.985
Trabalhista	7.444.395	604.261
Total	<u>12.282.335</u>	<u>974.246</u>
Provisão para Contingências		<u>974.246</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 3.000.000, representado por 3.000.000 ações ordinárias com valor nominal unitário de R\$ 1 cada. Distribuídas gratuitamente ao acionista e propositalmente às que possuem.

O capital social possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Quantidade de ações	Ações em R\$
Acionista		
Duo Mobility Holding LTDA	3.000.000	3.000.000
	<u>3.000.000</u>	<u>3.000.000</u>

(b) Reserva legal

É formada por apropriações de 5% do lucro líquido anual antes de qualquer apropriação e observando o limite de 20% do capital.

(c) Dividendos

De acordo com o Estatuto social, é assegurado ao acionista dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei.

(c.1) Dividendos propostos

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	<u>16.596.361</u>	<u>11.321.285</u>
Base ajustada do lucro líquido	16.596.361	11.321.285
Constituição da reserva legal (5%)	-	(33.936)
Base de cálculo dos dividendos	16.596.361	11.287.349
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.149.090)	(2.838.805)
Dividendos adicionais propostos (i)	(14.039.601)	(11.361.195)
Saldo residual de dividendos pagos	-	(3.872.334)
Total de dividendos pagos	<u>(18.188.691)</u>	<u>(18.072.334)</u>

- (i) Em 30 de dezembro de 2025, a administração aprovou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 14.030.601

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

22. Receita operacional líquida

Descrição	2025	2024
Receita com locação de veículos	575.549.706	508.989.005
(-) PIS e COFINS	(43.215.781)	(44.670.186)
(-) Estornos/Reembolsos	(1.707.463)	(2.248.243)
(-) Comissão Parceiros Pré-Pagas	(40.093.998)	(29.523.610)
(-) Ajuste a valor presente AVP Receita Bruta	(39.352)	(612.840)
Total	<u>490.493.112</u>	<u>431.934.126</u>

23. Demonstração do resultado por natureza: custo do serviço prestado, despesas com vendas, despesas administrativas e despesa com pessoal:

	2025	2024
Sublocação de veículo (a)	(213.362.634)	(210.918.120)
Avarias (a)	(36.050.230)	(43.898.028)
Manutenção e lavagem de veículos (a)	(12.521.977)	(13.286.703)
Comissão com parceiros (b)	(13.130.871)	(14.857.412)
Premiações (c)	(7.467.810)	(6.000.405)
Comissão de sistema (d)	-	(115.600)
Combustível e lubrificantes	(1.170.073)	(2.102.794)
Aluguéis e condomínios	(960.110)	(671.730)
Sinistros	(16.752.460)	(3.080.326)
Taxas e multas	(1.598.846)	(1.519.785)
Serviços de terceiros	(43.999.146)	(37.037.542)
Despesas Judiciais	(3.837.498)	(3.596.666)
Treinamentos e viagens	(1.988.092)	(1.914.165)
Estacionamento	(3.633.049)	(2.845.026)
Materiais e manutenção	(692.592)	(464.276)
Depreciação e amortização	(17.890.340)	(6.713.786)
Baixa de ativo imobilizado	(846.513)	(12.121)
Seguros e assistências	(10.290.032)	(7.252.415)
Energia, água e esgoto	(1.804.185)	(1.428.278)
Telefone e internet	(717.223)	(478.738)
Frete e transfer	(7.737.767)	(3.936.375)
Despesa com cartório e papelaria	(924.712)	(946.594)
Sistema	(6.214.444)	(5.194.134)
Salários	(25.227.096)	(20.390.557)
13º Salários	(2.276.940)	(1.923.891)
Férias	(3.080.107)	(2.453.755)
INSS	(7.948.113)	(3.986.168)
FGTS	(2.718.488)	(2.185.800)
Pró-Labore	-	(180.000)
Vale refeição	(4.664.447)	(5.687.763)
Vale transporte	(995.561)	(1.472.111)
Reversão (provisão) para provisão contingências	(265.847)	138.949
Provisão de Perdas Clientes	(171.692)	(707.117)
Reversão (Provisão) de Perdas de Multas de Trânsito	(169.592)	1.140.874
Outras (despesas)/receitas	(2.497.551)	1.502.248
Total	<u>(453.606.038)</u>	<u>(404.476.108)</u>
Custo de serviço prestado	(356.843.550)	(330.811.920)
Despesas com vendas	(23.284.396)	(22.978.256)
Despesas administrativas	(26.244.240)	(14.923.007)
Despesas com pessoal	(52.349.362)	(41.567.263)
Outras receitas e despesas	5.115.510	5.804.338
Total	<u>(453.606.038)</u>	<u>(404.476.108)</u>

- (a) O custo da operação é formado pelos custos variáveis dos carros disponibilizados para aluguel;
- (b) São valores pagos a sites de pesquisa e reserva online de terceiros;
- (c) Premiações pagas as equipes de operação pelo cumprimento de metas de vendas de produtos agregados e de notas de satisfação dos clientes. Essa bonificação ocorre através de um cartão de premiação que é livre para compras com valores definidos de acordo com as políticas específicas por função dispostas pelo setor de Recursos humanos.

FOCO ALUGUEL DE CARROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

24. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Juros	106.700	189.527
Descontos obtidos	142.415	103.754
Variação cambial	131.383	483.830
Rendimentos de aplicações financeiras	1.012.935	2.044.160
Ajuste a valor presente AVP receitas financeiras	2.398.740	2.040.510
Receitas financeiras	3.792.173	4.861.781
Despesas bancárias	(179.167)	(56.111)
Despesas com juros (a)	(25.083.731)	(14.424.160)
Variação cambial	(317.618)	(52.293)
Taxas Adm. de Cartões (b)	(3.298.427)	(5.133.327)
Descontos concedidos	(49.608)	(18.526)
IOF	(536.019)	(429.329)
Despesas financeiras	(29.464.570)	(20.113.746)
Resultado financeiro líquido	(25.672.397)	(15.251.965)

- (a) Refere-se aos juros sobre as parcelas de empréstimos junto as instituições financeiras, juros provenientes dos passivos de arrendamentos e juros sobre os parcelamentos tributários.
- (b) Taxas cobradas pelas adquirentes correspondentes a um percentual das vendas.

25. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

A composição da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Corrente		
Imposto de Renda	-	-448.288
Contribuição Social	-	-171.991
Total	-	-620.279
Descrição	2025	2024
Diferido		
Imposto de Renda	3.957.122	170.338
Contribuição Social	1.424.563	61.322
Total	5.381.685	231.660

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A seguir, a reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	11.214.676	12.206.052
Alíquota nominal combinada (IRPJ/CSLL)	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, pelas alíquotas nominais	3.812.990	4.150.058
(Exclusões), adições líquidas	(3.812.990)	(3.529.778)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	620.279
Alíquota efetiva	0%	5%

26. Gestão de riscos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, entre outros passivos financeiros. Tais instrumentos têm por finalidade a gestão da liquidez operacional, a administração do capital de giro e a captação de recursos destinados ao financiamento das atividades da Companhia.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e monitoramento das políticas de gestão de riscos financeiros, as quais visam identificar, mensurar e controlar os riscos associados às operações financeiras, incluindo risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (taxa de juros e, quando aplicável, variação cambial). A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa.

A gestão de riscos é conduzida de forma centralizada, mediante acompanhamento contínuo das posições financeiras e das condições de mercado, buscando minimizar potenciais impactos adversos sobre a posição patrimonial e o desempenho financeiro da Companhia, preservando a rentabilidade das operações e a solidez de sua estrutura de capital.

Considerando a natureza, os prazos e as características dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia — muitos dos quais possuem vencimentos de curto prazo ou estão sujeitos a renegociações frequentes a taxas de mercado — a Administração entende que seus valores contábeis se aproximam substancialmente dos respectivos valores justos na data do balanço.

Exposição a risco com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mercado decorrente de variações nas taxas de juros, principalmente em relação aos seus empréstimos e financiamentos contratados a taxas pós-fixadas denominadas em reais. Alterações nas taxas de juros podem impactar o fluxo de caixa futuro e o resultado financeiro da Companhia, aumentando ou reduzindo as despesas financeiras associadas às obrigações contratadas.

A exposição ao risco de taxa de juros é monitorada de forma contínua pela Administração, que avalia o perfil da dívida, o prazo médio, o custo médio ponderado e a concentração de vencimentos, considerando possíveis cenários de refinanciamento e renovação de posições.

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia elabora cenários prospectivos com base em premissas razoavelmente possíveis de alteração nas taxas de juros de mercado, aplicando tais variações às principais posições passivas indexadas a taxas variáveis. O impacto estimado dessas variações é refletido no resultado financeiro e no fluxo de caixa projetado, permitindo à Administração avaliar eventuais medidas mitigadoras.

As análises de sensibilidade são preparadas considerando apenas os instrumentos financeiros relevantes expostos à variação de taxa de juros na data do balanço, mantendo-se constantes as demais variáveis.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de transações denominadas em moeda estrangeira, principalmente relacionadas a operações de compra, contratação de serviços, captação de recursos e eventuais obrigações financeiras indexadas a moedas distintas da moeda funcional.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). As transações eventualmente realizadas em moedas estrangeiras, principalmente dólar norte-americano (USD) e euro (EUR), podem gerar exposição a variações cambiais, que impactam o resultado financeiro e o fluxo de caixa.

A Administração monitora continuamente sua exposição cambial, avaliando a necessidade de adoção de instrumentos de proteção (hedge), quando aplicável, com o objetivo de mitigar possíveis impactos adversos decorrentes de oscilações nas taxas de câmbio. Na data do balanço, a Companhia avalia a relevância dessa exposição e seus potenciais efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira.

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos nas datas de vencimento, em decorrência de eventual descasamento de prazos ou volumes entre recebimentos e pagamentos previstos.

A gestão do risco de liquidez é realizada por meio do monitoramento contínuo das projeções de fluxo de caixa, considerando premissas de recebimentos operacionais, desembolsos financeiros, cronograma de vencimento da dívida e necessidades de capital de giro.

A área de tesouraria acompanha diariamente a posição de caixa e equivalentes de caixa, linhas de crédito disponíveis e limites contratados, buscando assegurar níveis adequados de liquidez para a manutenção das operações e cumprimento das obrigações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia mantém estratégia de diversificação das fontes de financiamento e acompanhamento do perfil de vencimento da dívida, com o objetivo de reduzir a concentração de obrigações em determinados períodos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área de tesouraria.

27. Eventos subsequentes

A Administração considerou que não houve eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2025 até a data da conclusão das referidas demonstrações.